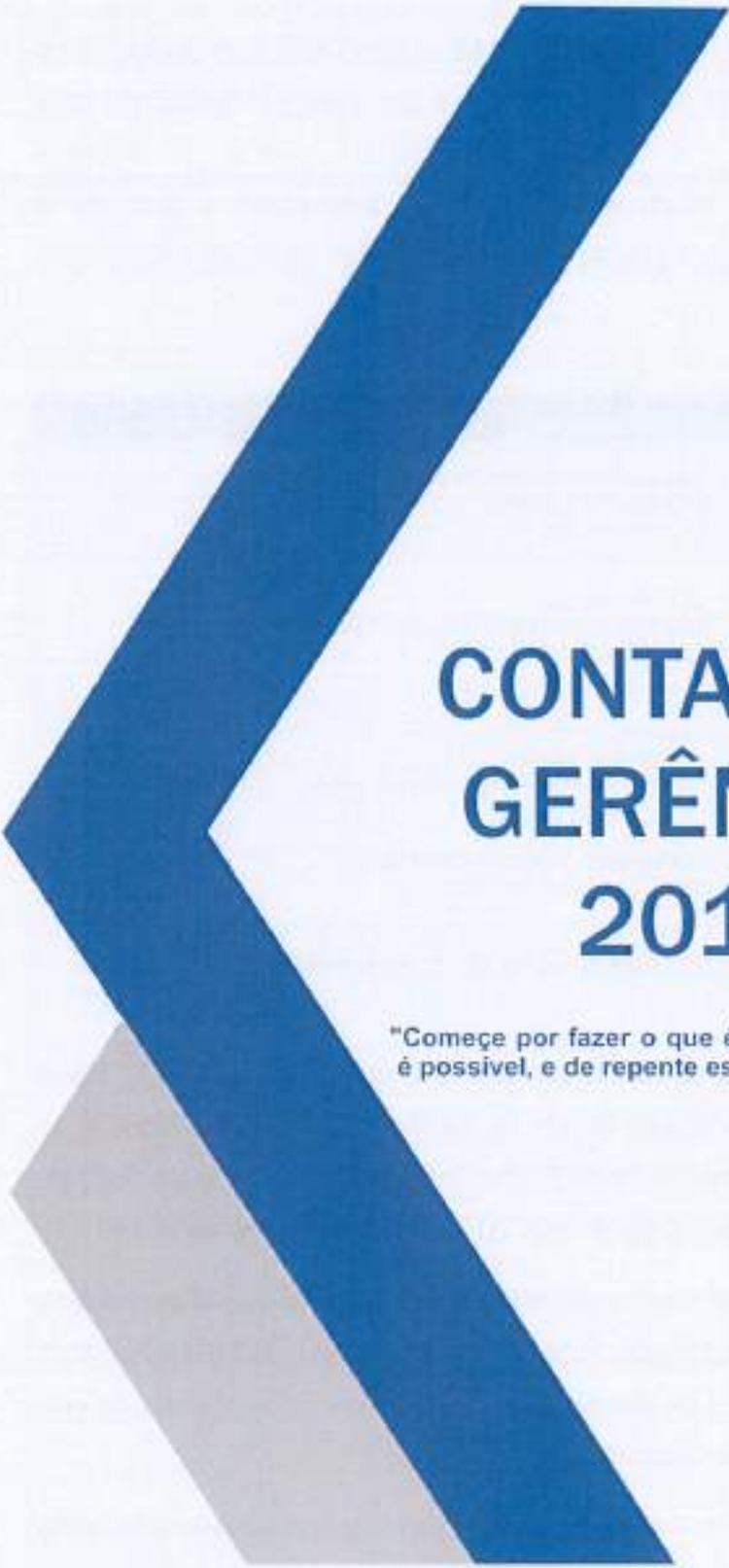


Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'b' at the top and several illegible signatures below it.



CONTAS DE GERÊNCIA 2017

"Comece por fazer o que é necessário depois o que é possível, e de repente estará a fazer o impossível."
S. Francisco de Assis

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BOTICAS é uma instituição particular de solidariedade social, fundada em 01/04/2004 e a sua principal actividade está orientada ao apoio a idosos, à deficiência e à infância, com a concomitante prestação de cuidados de saúde e de educação, bem como o combate à pobreza, estando a seu cargo a gestão dos equipamentos elencados no quadro que segue:

ÁREA SOCIAL	RESPOSTAS SOCIAIS EM 2017
Apoio a Idosos	- 3 Estruturas Residenciais para Pessoas idosas - 9 Apoios Domiciliários - 1 Centro de Dia
Apoio na Deficiência	- 1 Lar Residencial - 1 Centro de Atividades Ocupacionais - 1 Residência Autónoma
Apoio à Infância	- 1 Creche - 1 Jardim de Infância - 1 Centro de Atividades e Tempos Livres
Cuidados Continuados	- 1 Unidade de Cuidados Continuados (integra 6 quartos privados)
Programas e projetos	- 3 Projetos Sociais (CLDS 3G, RLIS/SAAS e GIP)

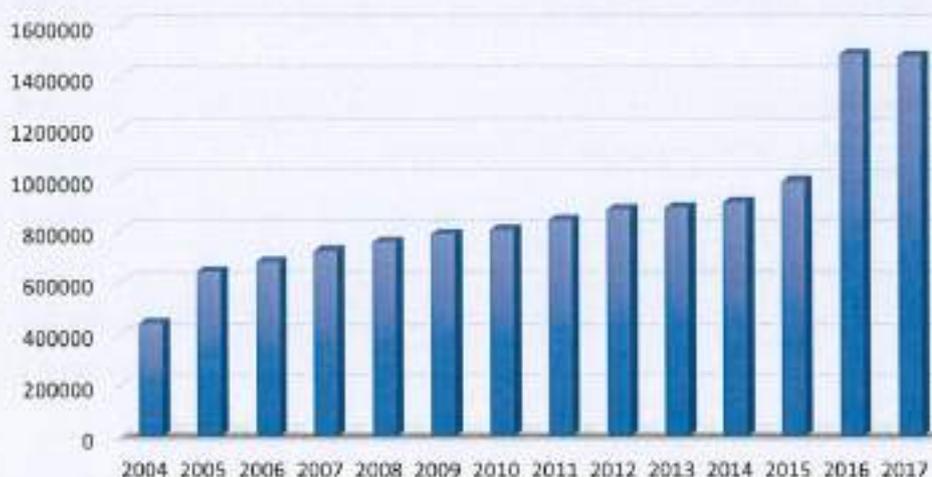
Os corpos sociais de uma Misericórdia são a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal. Dando cumprimento ao Compromisso e ao Regulamento Eleitoral da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Boticas, foram realizadas eleições para o quadriênio 2017-2020, em finais de 2016.

No que diz respeito à hierarquização organizacional, a União das Misericórdias Portuguesas é a entidade que regula todas as Santas Casas de Misericórdia no país, e da qual a Misericórdia de Boticas é associada ocupando através do seu Provedor o cargo de Vogal do Secretariado Nacional.

A atividade da Misericórdia de Boticas contabilizada neste Relatório tem início em 1 de Janeiro de 2017 e termina a 31 de Dezembro de 2017.

A contabilidade está estruturada por centros de custos organizados e tem por referência as supracitadas respostas sociais. Os gastos com a logística dos serviços de lavandaria, cozinha e serviços administrativos e financeiros, estão repartidos pelas respetivas respostas sociais com base numa chave de imputação.

A evolução da prestação de serviços verificada desde a sua criação está expressa no seguinte gráfico:



O aumento significativo desta rubrica entre 2015 e 2016 deveu-se ao facto dos reembolsos pagos pelas entidades da UCCI terem sido contabilizados na rubrica dos subsídios à exploração até 2015 e em 2016 passarem a ser contabilizados como prestação de serviços.

Entre 2016 e 2017, registou-se um decréscimo na ordem dos -0,51%.

Relativamente às entradas e saídas de colaboradores, houve um aumento de 11 trabalhadores, comparativamente ao ano anterior, passando a empregar em 31 de dezembro, 180 trabalhadores.

SAÍDAS		ENTRADAS	
Reforma de colaborador	2	Novas admissões	17
Caducidade	2	-	
Demissão de colaborador	2	-	
Total	6	Total	17

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

Deu-se continuidade às duas candidaturas a Contratos Emprego-Inserção+ efetuadas no ano anterior e foram deferidas 7 Incentivos à Contratação de Trabalhadores, nomeadamente, 4 Isenções de pagamento de contribuições e 3 Dispensas parciais de pagamento de contribuições.

Relativamente ao Investimento no decurso do exercício de 2017, a Misericórdia investiu 183.533,71 euros, desagregados da seguinte forma:

INVESTIMENTOS	
Empreitada "Adaptação Hotel Sénior" – em curso	40.412,64 €
Manutenção de Edifícios	75.126,82 €
Equipamento Alojamento Utentes	5.419,70 €
Outro Equipamento Básico (Médico-hospitalar, Máquinas motoras e operadoras entre outro)	6.034,61 €
Equipamento de Transporte	17.500,00 €
Mobiliário e Equipamento Administrativo	6.591,24 €
Ativo Intangível	32.448,70 €
Total	183.533,71€

ANÁLISE ECONÓMICA FINANCEIRA

FINANCIAMENTO

Ao empréstimo bancário contraído em 2004 no montante de 1.250.000,00 euros, aquando da separação/liquidação à Misericórdia de Chaves foi adicionado em 2013 um segundo empréstimo no montante de 1.000.000,00 euros para financiar a conclusão da construção da Unidade de Cuidados Continuados.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados apresenta em detalhe os Rendimentos (anteriormente conhecidos como proveitos) e os Gastos (anteriormente conhecidos como custos) ocorridos no ano e dos quais resulta um Resultado Líquido positivo de 178.049,84 euros.

O período de 2017 foi inteiramente influenciado pelo volume de Prestação de Serviços e dos Subsídios à Exploração. Estas 2 rúbricas representam 97% do total dos Rendimentos e Ganhos da Instituição.

O total dos Rendimentos foi de 3.647.265,49 euros. O total dos Gastos e Perdas foi de 3.469.215,65 euros.

Os gastos com o pessoal representam 59,32 % dos gastos totais. Os gastos e perdas de financiamento atingiram o montante de 26.502,51 euros.

BALANÇO

O Balanço é um documento que exprime a situação patrimonial da Instituição e que serve de suporte documental ao conjunto de Bens, Direitos e Obrigações da empresa.

Os Bens integram o equipamento, as existências e o dinheiro. Os Direitos são o conjunto de obrigações que terceiros têm para com a Misericórdia, por exemplo, as dívidas dos clientes/utentes, os créditos sobre o Estado, etc..

Por último, as Obrigações englobam as dívidas da Misericórdia a terceiros (empréstimos bancários, dívidas a fornecedores, etc.).

b
Chaves
Auk
[Signature]
H

Verifica-se uma redução do Ativo Não Corrente resultado da contabilização das Depreciações que foram superiores ao total do aumento desta rúbrica e uma redução do Ativo Corrente originado pela diminuição da rúbrica Outros Ativos Correntes e de Caixa e Depósitos Bancários.

A alteração nos Fundos Patrimoniais deve-se à aplicação do Resultado Líquido do ano 2016 e da imputação a resultados dos subsídios ao investimentos.

O Passivo teve uma redução motivada pela redução nos Financiamentos Obtidos bem como dos Diferimentos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o Resultado Líquido do período de 2017, no valor de 178.049,84 euros tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados..... 178.049,84 euros

PERSPETIVAS FUTURAS

Para 2018 prevemos a abertura do Hotel Senior, cujo protocolo foi assinado entre a Câmara Municipal de Boticas e a Santa Casa da Misericórdia de Boticas, em finais 2015 e no qual se concede a exploração do edifício "Antiga Residencia de Estudantes" à Santa Casa da Misericórdia de Boticas para ser gerido autonomamente enquanto ERPI.

Daremos inicio à utilização da ferramenta denominada SINERGI, que permitirá rasrtrear e controlar a atividade operacional das respostas sociais, administrar melhor os recursos financeiros, uniformizar e consolidar a informação de gestão, monitorizar alocações de utentes, impulsionar a partilha do conhecimento, registar serviços clinicos e de cuidados continuados e analítica de custos/proveitos associados aos serijos prestados.

Preveremos ainda dar continuidade à promoção de acções de formação de modo a proporcionar a valorização e a actualização profissional dos funcionários, bem como de estágios profissionais.

INDICADORES FINANCEIROS, DE ENDIVIDAMENTO, DE LIQUIDEZ E DE ATIVIDADE

Autonomia financeira - é um rácio que varia entre 0 e 1 e que representa a percentagem dos ativos totais da Instituição financiados por capitais próprios.

Solvabilidade geral - a Misericórdia está solvente do ponto de vista económico pois apresenta um capital próprio que garante a liquidação do seu passivo.

Custo financiamentos obtidos - indica a taxa média dos encargos financeiros suportados pela Instituição e que se revela bastante reduzida.

Liquidez geral - traduz a regra do equilíbrio financeiro mínimo, pelo que deve assumir um valor superior a 1, o que se verifica.

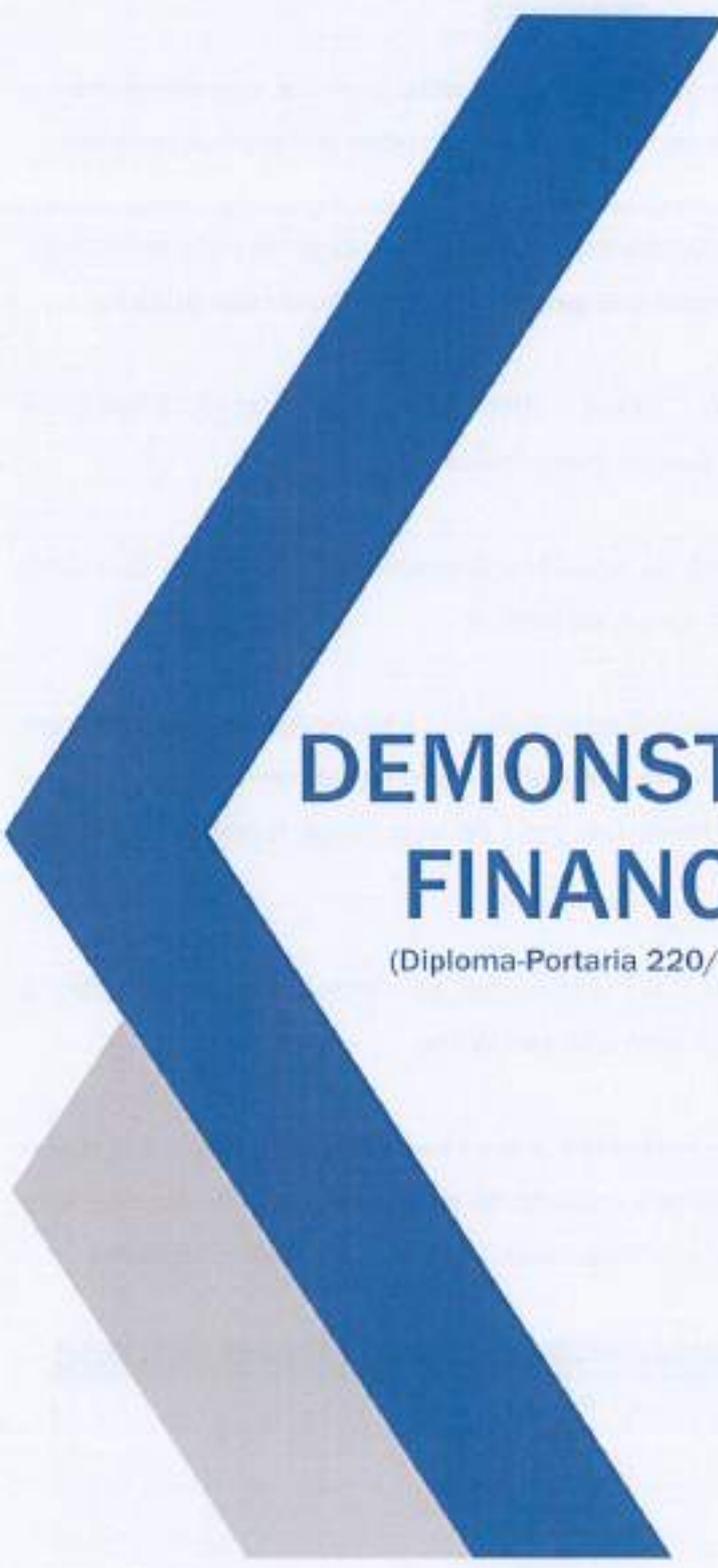
Liquidez imediata - mede a capacidade dos ativos de maior liquidez assegurarem a cobertura do passivo corrente ou exigível de curto prazo, verificando-se que a Misericórdia de Boticas apresenta um grau de segurança financeira bastante razoável.

Prazo medio de recebimentos - é o tempo que os clientes/utentes demoram a pagar as suas obrigações para com a Misericórdia.

Prazo medio de pagamentos - é o tempo que a Misericórdia demora a pagar aos seus fornecedores. Verifica-se que o prazo de pagamento é superior ao prazo de recebimento, conseguindo-se desta forma aumentar as disponibilidades.

	2017	2016
Autonomia Financeira	0,77	0,72
Solvabilidade Geral	3,37	2,60
Custo Financiamentos Obtidos	0,03	0,17
Liquidez Geral	1,20	1,76
Liquidez Imediata	0,47	0,49
Prazo Médio Recebimentos	28 dias	35 dias
Prazo Medio Pagamentos	76 dias	77 dias

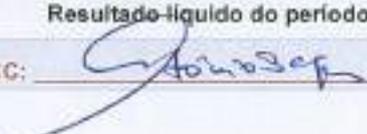
[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

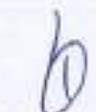
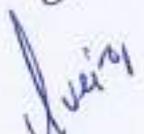
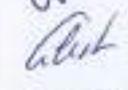


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Diploma-Portaria 220/2015, de 24 de julho)

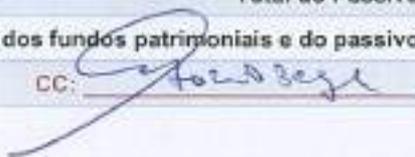
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	1.479.425,82	1.487.036,25
Quotas de utilizadores		1.364.153,94	1.363.287,26
Quotizações		1.358,00	1.473,00
Serviços Secundários		113.913,88	122.275,99
Subsídios, doações e legados à exploração	9.2	2.060.450,28	2.090.747,43
ISS, IP - Centros distritais		1.774.777,47	1.797.460,65
Outros		285.672,81	293.286,78
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		3.338,89	3.942,90
CMVMC		(78.742,71)	(77.801,18)
Fornecimentos e serviços externos	14.3	(1.065.602,68)	(1.091.012,37)
Gastos com o pessoal	11	(2.057.994,82)	(1.945.544,51)
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	14.5	103.842,88	206.685,58
Outros gastos	14.6	(24.563,28)	(62.838,43)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		420.154,38	611.215,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(215.809,65)	(210.428,00)
Resultado operacional		204.344,73	400.787,67
Juros e rendimentos similares obtidos	14.7	207,62	80,34
Juros e gastos similares suportados	14.7	(26.502,51)	(31.454,09)
Resultados antes de impostos		178.049,84	369.413,92
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		178.049,84	369.413,92
CC: 			

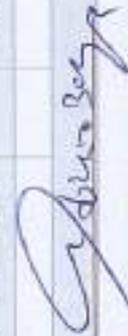






BALANÇO

BALANÇO	Notas	31.12.2017	31.12.2016
Ativo			
Ativo não corrente		6.389.098,03	6.421.373,97
Ativos fixos tangíveis	4	6.343.559,46	6.405.590,13
Bens património histórico e cultural	4	15.000,00	15.000,00
Ativos intangíveis	5	30.538,57	783,84
Outros créditos		0,00	0,00
Ativo corrente		1.225.532,24	1.536.191,72
Inventários	7	27.457,73	18.254,42
Créditos a receber	10.2	112.661,15	141.906,88
Estado e outros entes públ.	10.2	37.130,49	741,25
Diferimentos	14.2	8.070,39	7.086,75
Outro ativos correntes		558.998,33	729.935,29
Caixa e depósitos bancários	14.1	481.214,15	638.267,13
Total do ativo		7.614.630,27	7.957.565,69
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos patrimoniais	14.4	5.694.346,70	5.378.748,02
Fundos		1.620.231,04	1.620.231,04
Resultados transitados		2.042.861,80	1.673.447,88
Ajustam./Outras variações nos fundos patrimoniais		2.031.253,86	2.085.069,10
Resultado líquido do período		178.049,84	369.413,92
Total do fundo de capital		5.872.396,54	5.748.161,94
Passivo			
Passivo não corrente		722.484,43	903.327,77
Financiamentos obtidos	6	722.484,43	903.327,77
Passivo corrente		1.019.749,30	1.306.075,98
Fornecedores	10.1	238.095,16	246.595,33
Estado e outros entes públicos	10.1	44.407,03	42.009,21
Financiamentos obtidos	6	189.068,19	194.655,70
Diferimentos	14.2	222.703,83	500.561,99
Outros passivos correntes		325.475,09	322.253,75
Total do Passivo		1.742.233,73	2.209.403,75
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7.614.630,27	7.957.565,69
CC: 			

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016 E 2017

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transítados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido por período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
												Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe
Posição no início do período 2016		1.620.231,04			1.310.442,26		2.124.958,49	363.005,62				5.418.637,41
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de DF												
Realização do excedente												
Excedentes de revalorização												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos FP					363.005,62		(39.869,39)	(363.005,62)			(39.869,39)	
2					363.005,62		(39.869,39)	(363.005,62)			(39.869,39)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								369.413,92			369.413,92	
3												
RESULTADO EXTENSIVO												
4-2+3											329.524,53	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
5												
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016		1.620.231,04			1.673.447,88		2.085.089,10				5.748.161,94	
6=1+2+3+4												
CC: 												

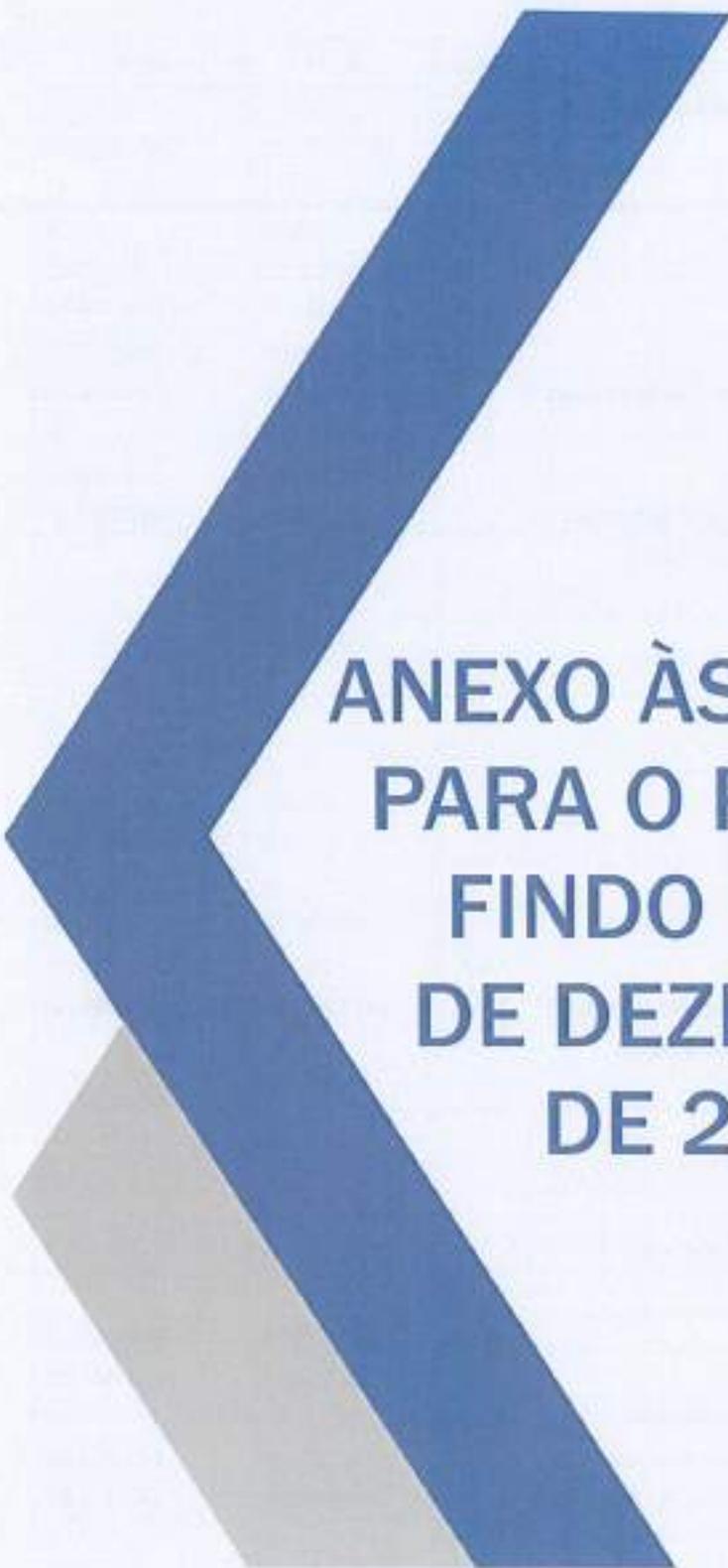


DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017		Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe							Total dos Fundos Patrimoniais		
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido por período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2017 1		1.620.231,04			1.673.447,88		2.085.068,10	369.413,92			5.748.161,94
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contábilístico											
Alterações de políticas contábilísticas											
Diferenças de conversão de DF											
Realização do excedente											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos FP 2					369.413,92		(53.815,24)	(369.413,92)			(53.815,24)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3					369.413,92		(53.815,24)	(369.413,92)			(53.815,24)
RESULTADO EXTENSIVO 4=2+3								178.049,84			178.049,84
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Outras operações											
5											
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017 6=1+2+3+4		1.620.231,04			2.042.861,80		2.031.253,86				5.872.396,54
CC:											

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	Notas	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1.608.951,24	1.467.604,69
Pagamentos de subsídios		2.057.356,88	2.090.747,43
Pagamentos de apoios		330,00	0
Pagamentos de bolsas		28.537,50	39.493,91
Pagamentos a fornecedores		-1.143.457,70	-1.058.735,16
Pagamentos ao pessoal		-1.393.128,36	-1.389.124,37
Caixa geral das operações		1.158.589,56	1.149.986,50
Pagamento/recebimento do IR		0	0
Outros recebimentos/pagamentos		-930.355,28	-159.298,93
Fluxos de caixa das ativ. operacionais (1)		228.234,28	990.687,57
Fluxos de caixa das ativ. de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-225.048,76	-394.318,72
Ativos intangíveis		0	0
Outros ativos		0	0
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		739,00	46.898,50
Ativos intangíveis		0	0
Outros ativos		0	0
Subsídios ao investimento		51.748,24	44.889,39
Juros e rendimentos similares	16.7	207,62	80,34
Fluxos de caixa das ativ. de invest. (2)		-172.353,90	-302.450,49
Fluxos de caixa das ativ. de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0	0
Cobertura de prejuízos		0	0
Doações		0	0
Outras operações de financiamento		0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	6	-186.430,85	-182.358,19
Juros e gastos similares	16.7	-26.502,51	-31.454,09
Outras operações de financiamento			0
Fluxos de caixa das ativ. de financiam. (3)		-212.933,36	-213.812,28
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-157.052,98	474.424,80
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	16.1	638.267,13	163.842,33
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16.1	481.214,15	638.267,13

CC:



**ANEXO ÀS CONTAS
PARA O PERÍODO
FINDO EM 31
DE DEZEMBRO
DE 2017**

1. OBJETO SOCIAL E IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:

MISERICÓRDIA

Reza a História, que em 1498, ano da descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama, um grupo de "bons e fiéis cristãos" liderados por Frei Miguel Contreiras, um admirável pregador e amparo dos mais desfavorecidos, na presença da rainha D. Leonor e das mais altas personalidades religiosas e civis, assumiu o compromisso de se dedicar à prática das 14 Obras de Misericórdia.

As Sete Obras Corporais: Dar de comer a quem tem fome; Dar de beber a quem tem sede; Vestir os nus; Dar pousada aos peregrinos; Assistir aos enfermos; Visitar os presos e Enterrar os mortos.

As Sete Obras Espirituais: Dar bom conselho; Ensinar os ignorantes; Corrigir os que erram; Consolar os tristes; Perdoar as injúrias; Suportar com paciência as fraquezas do nosso próximo e Rogar a Deus por vivos e defuntos.

As Santas Casas da Misericórdia são hoje consideradas pelo Estado, associações constituídas na ordem jurídico-canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, segundo os princípios da doutrina e moral cristã. No Compromisso da Misericórdia que rege instituição, está definido a denominação, a natureza, a organização e fins da instituição, as condições de admissão dos irmãos, seus direitos e obrigações, o culto e assistência espiritual, o património e regime financeiro da Misericórdia e os seus corpos gerentes.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BOTICAS é uma instituição particular de solidariedade social, fundada em 01/04/2004 e reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública no Diário da República n.º 210, Série III, de 6 de Setembro de 2004, tem sede na Rua Dr. Sá Carneiro - 5460-330 Boticas, possui o Número de Identificação Pessoa Colectiva (NIPC) 506790878 e a sua principal actividade está orientada no apoio a idosos, à deficiência e à infância, com a concomitante prestação de cuidados de saúde e de educação, bem como o combate à pobreza.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com o n.º 2 do artigo 22º do Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de março que aprovou a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), a normalização contabilística para estas entidades aplica-se a partir do exercício que se iniciou em 1 de janeiro de 2012.

No Aviso 8259/2015 de 16 de julho da Secretaria Geral do Ministério das Finanças foi homologada a nova NCRF-ESNL aprovada pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho e alterada pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho, que implicaram a republicação do Código de Contas através da Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho.

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2017, tendo sido preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

Os elementos constantes nas Demonstrações Financeiras são na sua totalidade comparáveis com os do exercício anterior e não existiram no decorrer do exercício a que respeitam quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Misericórdia de Boticas na elaboração das Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

Continuidade - Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Misericórdia de Boticas continuará a operar no futuro previsível, assumindo não

haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico e financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica) - Os efeitos das transações e de outros acontecimentos foram reconhecidos quando eles ocorreram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos foram registados nas respetivas contas das rubricas Devedores e Credores por Acréscimos e Diferimentos.

Consistência de Apresentação - As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas da sua natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo.

Materialidade e Agregação - A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação – Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e rendimentos, estes não são compensados.

Comparabilidade - A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo do tempo e de maneira consistente.

3.2. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Misericórdia a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor.

As despesas subsequentes que a Misericórdia teve com manutenção e reparação dos ativos foram registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas no final de cada ano, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

ATIVO FIXO TANGÍVEL	VIDA ÚTIL ESTIMADA (ANOS)
- Edifícios e outras construções	50
- Equipamento básico	3 a 8
- Equipamento de Transporte	4
- Equipamento administrativo	3 a 8
- Outros Ativos Fixos Tangíveis	4

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data da alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas Outros rendimentos Operacionais ou Outros Gastos Operacionais.

3.2.2. Bens do Património Histórico e Cultural

Os bens adquiridos a título oneroso, foram contabilizados pelo justo valor. Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil destes bens, estes não são depreciables.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas no final de cada ano, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativo fixo intangível	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.4. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição. É utilizado o sistema de inventário permanente na movimentação de stocks.

Handwritten signatures and initials on the right margin of the page.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Créditos a receber e outros ativos correntes - Os Clientes e os Outros Créditos a Receber não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal.

Caixa e Depósitos Bancários - A rubrica Caixa e Depósitos Bancários inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis.

Fornecedores e outros passivos correntes – O passivo registado em "Fornecedores e Outros Passivos Correntes", não vencem juros, são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos e é composta por fundos atribuídos por terceiros, fundos acumulados e outros excedentes; subsídios, doações e legados.

3.2.7. Provisões

Não se constituíram provisões no exercício.

3.2.8. Financiamentos Obtidos

Os Financiamentos Obtidos encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os Encargos Financeiros foram reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica Juros e Gastos Similares Suportados.

Os contratos de locações (leasing) são classificados como: Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado;

ou Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos.

3.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

A Santa Casa da Misericórdia de Boticas encontra-se abrangida pela alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, que prevê isenção automática do imposto sobre o rendimento (IRC) para as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

3.2.10. Rédito

Os proveitos decorrentes da Prestação de Serviços são reconhecidos pelo justo valor da retribuição a receber, a qual é determinada por acordo entre as partes.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

3.2.11. Contabilização dos subsídios e outros apoios

Os subsídios recebidos/a receber do ON.2; Overbooking; PARES; FEDER; PRODER; POPH; POISE; SCML e IEFP encontram-se reconhecidos na rubrica de capital próprio – Subsídios ao investimento, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base sistemática em função da depreciação do respetivo ativo fixo tangível.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados, com o desenvolvimento das atividades subsidiadas, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos.

3.2.12. Alterações nas políticas contabilísticas e correção de erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados em rúbricas do ativo fixo tangível e respetivas depreciações foram como segue:

	Saldos iniciais	Aquisições	Transf. e Abates	Saldos finais
Bens Pat. Histórico Cultural	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Edifícios e outras construções	7.148.233,34	75.126,82	0,00	7.223.360,16
Equipamento básico	815.556,17	11.454,31	0,00	827.010,48
Mobiliário	715.630,92	5.419,70	0,00	721.050,62
Equip. Médico	63.828,19	362,00	0,00	64.190,19
Máq. Motoras	25.312,81	3.950,61	0,00	29.263,42
Outro Eq. Bás	10.784,25	1.722,00	0,00	12.506,25
Equip. transporte	265.442,28	17.500,00	0,00	282.942,28
Equip. administrativo	149.628,55	6.591,24	0,00	156.219,79
Eq. Informático	96.491,52	4.262,85	0,00	100.754,37
Mobiliário	26.293,13	2.328,39	0,00	28.621,52
Maquinas	19.591,82	0,00	0,00	19.591,82
CLDS+	4.754,00	0,00	0,00	4.754,00
Outros	2.498,08	0,00	0,00	2.498,08
Outros AFT.	17.658,37	0,00	0,00	17.628,37
Ferramentas	11.419,54	0,00	0,00	11.419,54
Motores	6.238,83	0,00	0,00	6.238,83
Ativo tang. em curso	24.464,35	40.412,64	0,00	64.876,99
Total	8.435.983,06	151.085,01	0,00	8.587.068,07
Depreciações Acumuladas				
Edif. e outras construções	979.819,50	143.526,83	0,00	1.123.346,33
Equipamento básico	663.519,77	36.251,25	0,00	699.771,02
Equip. transporte	247.270,41	17.132,26	0,00	264.402,67
Equip. administrativo	107.328,05	16.042,82	0,00	123.370,87
Outros AFT	17.455,20	162,52	0,00	17.617,72
Total	2.015.392,93	213.115,68	0,00	2.228.508,61
	6.420.590,13			6.358.559,46

Encontram-se contabilizados a valor zero dois terrenos doados há muitos anos à Misericórdia de Boticas, nomeadamente os terrenos onde se encontram o Lar Nossa Senhora da Livração e o Centro de Apoio a Deficientes, bem como 13 terrenos doados em 2014 à Misericórdia de Boticas, sítos na freguesia de Vilar e Viveiro. Foi vendido este ano 1 terreno sito na freguesia de Vilar e Viveiro.

Em Ativo Tangível em Curso encontram-se registados os custos inerentes à reestruturação e adaptação da nova resposta social – Hotel Sénior.

4.1. GARANTIAS REAIS PRESTADAS

Na data do balanço existiam dívidas a terceiros na rubrica de Empréstimos Bancários Obtidos, resultantes de dois empréstimos contratualizados com a Caixa Geral de Depósitos, no montante total de 911.552,62 €, ambos garantidos por hipoteca.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

	Saldos Iniciais	Aquisições / Dotações	Transf. / Abates	Saldos finais
Software de gestão	14.629,37	32.448,70	0,00	47.078,07
Total	14.629,37	32.448,70	0,00	47.078,07
Depreciações Acumuladas				
Software de gestão	13.845,53	2.693,97	0,00	16.539,50
Total	13.845,53	2.693,97	0,00	16.539,50
	783,84			30.538,57

Durante o ano de 2017, para além das licenças obrigatórias para cada novo computador adquirido, foram também adquiridos programas específicos para a Instituição, nomeadamente Adobe Photoshop e CorelDRAW que servem de apoio às necessidades gráficas da Instituição. Foi ainda necessário adquirir um servidor virtual para garantir a segurança dos dados da Misericórdia no caso de acontecer uma avaria no servidor principal. Foi adquirida a solução/plataforma informática designada por SINERGI - solução tecnológica que possibilitará o rastreio e controlo da atividade operacional das respostas sociais, administrar melhor os recursos financeiros, uniformizar e consolidar a informação de gestão, registar serviços clínicos e de cuidados continuados e a analítica de custos/proveitos associados aos serviços prestados.

6. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O empréstimo contraído em 2004 com a CGD, com término em novembro de 2019, no montante de 1.250.000,00 €, encontra-se liquidado em cerca de 85%.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'LID' at the top and several other illegible signatures below it.

O segundo empréstimo contraído em 2013, na mesma entidade bancaria, com término em março de 2025, no montante de 1.000.000,00 €, está amortizado em 27%.

Os encargos financeiros dos dois empréstimos foram reconhecidos como gastos à medida que foram incorridos e totalizaram no ano de 2017, 26.502,51 €.

Empréstimos	2017		2016	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empr. Bancário 2004	96.483,04	89.013,99	96.641,44	184.690,75
Empr. Bancário 2013	92.585,15	633.470,44	97.598,46	718.637,02
Total		911.552,62		1.097.983,47

7. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017, o Inventário era o seguinte:

Gêneros Alimentares	2017		2016	
Gêneros Alimentares		2.624,86		2.309,92
Fraldas		1.209,11		4.014,16
Limpeza, Hig., Conforto		9.101,50		7.742,53
Material Enfermagem		10.652,75		4.187,81
Medicamentos		3.869,51		-
Total		27.457,73		18.254,42

Em 2017 iniciou-se o registo do stock dos medicamentos em uso na Instituição devido ao seu crescente consumo, na Unidade de Cuidados Continuados.

8. RENDIMENTOS E GASTOS

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito são as descritas no ponto 3.2.10 do presente relatório e a repartição dos valores resultantes da Prestação de Serviços em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

	2017	2016
Quotas dos utilizadores	1.364.153,94	1.363.287,26
Infância	64.562,50	67.104,50
Deficiência	155.033,02	147.303,53
Idosos	650.997,59	643.360,05
Cuidados Continuados	493.020,83	505.519,18
Quotas de irmãos	1.358,00	1.473,00
Serviços Secundários	113.913,88	122.275,99
Total	1.479.425,82	1.487.036,25

9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

9.1. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis relacionados com ativos estão relevados nos Fundos Patrimoniais, conforme estipulado no capítulo 14 da NCRF-ESNL e são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Misericórdia cumpra todas as condições para o receber. Decompõem-se da seguinte forma:

Subsídios ao Investimento	2017	2016
ON.2 – Unidade de Cuidados Continuados	1.206.150,00	1.231.950,00
PARES – Residência Autónoma de Boticas	75.732,20	78.057,35
FSE – CLDS+	2.169,39	6.110,07
PRODER – Boticas Solidário	0,00	5.765,62
ON.2 - Overbooking	35.719,59	41.940,00
SCML - Fundo Rainha Dona Leonor	256.921,57	262.228,04
Câmara Municipal de Boticas	193.666,67	197.666,67
IEFP - GIP	4.241,47	4.698,35
Total	1.774.600,86	1.828.416,10

9.2. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração existentes em 31 de dezembro de 2017 na Conta 75 da Demonstração de Resultados desagregam-se pelas seguintes entidades:

b
 J. J. J.
 A. A.
 S. S.
 J. J.

Subsídios à Exploração	2017	2016
Segurança Social - Acordos de Cooperação	1.529.593,59	1.548.064,47
Segurança Social – POPH – RLIS P.Piloto	-	5.916,16
Segurança Social – POISE – CLDS3G + RLIS	241.500,68	241.240,46
Segurança Social – Programa Pré-Escolar	3.683,20	75,96
Segurança Social – Outros (Subs. Funeral)	-	2.163,60
IEFP - GIP	13.834,26	13.834,26
IEFP – Medidas Apoio ao Emprego	31.508,55	39.452,52
Outras entidades		
Câmara Municipal de Boticas	240.000,00	240.000,00
Outras	330,00	-
Total	2.060.450,28	2.090.747,43

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1. CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a decomposição é a seguinte:

	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores	238.095,16	246.595,33
Estado e outros entes públicos	44.407,03	42.009,21
Imposto s/ Rend. Singulares	6.446,00	6.055,00
Taxa Social Única	12.423,79	12.029,92
Contribuições Seg. Social	25.186,42	23.587,09
Fundo Garantia Trabalho	350,82	337,20
Pessoal	-	-
Fornecedores de investimentos	14.589,54	25.405,21
Credores por Acréscimo de Gastos	306.548,73	293.484,59
Subsídio de Férias	304.389,23	282.237,72
Outras Despesas Diferidas	2.159,50	11.246,87
Outros Devedores e Credores	4.336,82	3.363,95
Total	607.977,28	610.858,29

10.2. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a decomposição é a seguinte:

	31.12.2017	31.12.2016
Clientes e Utentes	112.661,15	141.906,88
Utentes	42.558,56	41.935,58
Reembolsos	0,00	3.586,25
Entidades	70.102,59	96.385,05
Adiantamentos ao Pessoal	1.771,02	2.413,68
Estado e Outros Entes Públicos	37.130,49	741,25
Devedores por Acréscimo de Rendimentos	4.272,07	65.298,10
Outros Devedores e Credores	552.955,24	662.223,51
IEFP – Medidas Apoio Emprego	37.380,56	50.462,30
Overbooking	-	41.940,00
POISE – CLDS 3G	292.558,69	318.185,93
POISE - RLIS	203.808,03	218.809,23
IEFP - GIP	19.207,96	32.826,05
Total	708.789,97	872.583,42

O IVA liquidado pela Misericórdia que será posteriormente alvo de pedido de reembolso ao Ministério das Finanças passou a ser classificado diretamente na rubrica 2438 Estado – IVA Reembolsos Pedidos.

11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Durante o exercício de 2017, a Misericórdia de Boticas aumentou o seu quadro de pessoal, passando de 169 colaboradores para 180.

Os gastos com o pessoal em 2017 e em 2016 decompõem-se da seguinte forma:

	31.12.2017	31.12.2016
Remunerações do pessoal	1.679.935,02	1.596.308,10
Remunerações Certas	1.565.352,21	1.453.314,94
Remunerações adicionais	96.326,57	120.959,99
Bolsas Subsidiados IEFP	18.256,24	22.033,17
Encargos sobre remunerações	354.082,06	333.642,84
Seguro de acidentes no trabalho	14.817,56	6.939,66
Outros	9.160,18	8.653,91
Total	2.057.994,82	1.945.544,51

Houve um aumento na rubrica de Gastos com o Pessoal devido ao aumento da TSU (progressivo) a cargo da entidade patronal e à despesa com a contratação de novos colaboradores.

As remunerações adicionais englobam o subsidio de alimentação, o subsidio de turno, o abono para falhas e as ajudas de custo.

A rúbrica Outros inclui o custo dos exames médicos efectuados no âmbito da Medicina no Trabalho, Formação de 35H, e a aquisição de fardas para os novos colaboradores. Inclui ainda a oferta a todos os trabalhadores, a partir de outubro de 2017, da mensalidade de um Cartão Social (seguro de saúde).

O número de membros dos Órgãos Sociais nos periodos de 2016 e 2017 foram respetivamente:

Mesa da Assembleia Geral	3 membros efetivos e 2 suplentes
Mesa Administrativa	5 membros efetivos e 3 suplentes
Conselho Fiscal	3 membros efetivos e 2 suplentes

Os Órgãos Sociais não auferem qualquer remuneração de acordo com o compromisso e legislação aplicável.

12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de alterar a situação relevada nas contas.

13. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1. FLUXOS DE CAIXA

As quantias apresentadas em Caixa e Depósitos Bancários à data de Balanço, encontram-se totalmente disponíveis para uso, decompondo-se desta forma:

	31.12.2017	31.12.2016
- Caixa	1.540,38	880,13
- Depósitos à ordem	379.673,77	272.773,14
- Outros Depósitos bancários (a prazo)	100.000,00	364.613,86
Total	481.214,15	638.267,13

14.2. DETALHES DOS DIFERIMENTOS

	31.12.2017	31.12.2016
Gastos a reconhecer	8.070,39	7.086,75
Seguros	8.070,39	7.086,75
Rendimentos a reconhecer	222.703,83	500.561,99
IEFP	16.014,28	28.537,50
POISE – CLDS 3G	117.910,53	259.403,17
POISE - RLIS	74.944,76	174.952,80
IEFP - GIP	13.834,26	27.668,52
Outras – Camara Municipal de Boticas	-	10.000,00

14.3. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos Fornecimentos e Serviços Externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	2017	2016
Subcontratos	471.776,49	498.528,61
Exploração de Refeitórios	369.695,96	410.938,71
Aluguer de Roupa	57.295,69	42.171,35
Locação Operacional	6.542,52	3.416,66
Outros	38.242,32	42.001,89
Serviços Especializados	98.153,99	108.205,16
Trabalhos Especializados	9.287,22	15.940,50
Publicidade e Propaganda	15.367,00	1.236,15
Vigilância e Segurança	2.515,21	2.302,56
Honorários	38.245,59	46.639,43
Conservação e Reparação	25.951,17	34.696,52
Edifícios	7.981,31	14.374,89
Viaturas	14.282,88	14.196,60
Eq. Básico e Administrativo	3.686,98	6.125,03
Outros	6.786,90	7.390,00
Materiais	31.497,23	35.950,57
Ferramentas e Utensílios	16.714,63	19.887,59
Material de Escritório	4.307,91	4.938,75
Artigos para Oferta	6.589,08	8.084,72
Outros	3.885,61	3.039,51
Energia e fluidos	228.039,56	214.590,31
Eletricidade	56.775,88	54.611,33
Combustíveis (gasóleo, gás)	155.523,03	145.015,82
Água	15.740,65	14.963,16
Deslocações, estadas e transportes	27.668,46	10.463,85
Serviços Diversos	89.089,02	98.374,22
Comunicação	10.781,29	11.840,89
Seguros	5.852,27	8.207,86
Limpeza, Higiene e Conforto	50.792,78	56.199,01
Despesas de representação	20.511,90	21.229,32
Outros	1.110,78	897,14
Outras Despesas c/ Utentes	119.377,93	124.899,65
Fraldas	37.006,10	40.810,25
Material Enfermagem	39.371,99	24.952,61
Medicação	32.946,68	48.423,36
Outros	10.053,16	10.713,23
Total	1.065.602,68	1.091.012,37

A rubrica Publicidade e Propaganda diz respeito essencialmente a gastos associados aos projetos CLDS e RLIS.

14.4. FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1.620.231,04	0,00	0,00	1.620.231,04
Resultados transitados	1.673.447,88	369.413,92	0,00	2.042.861,80
Outras variações – Subs.	2.085.069,10	0,00	0,00	2.031.253,86
PARES	78.057,35	0,00	2.325,15	75.732,20
FEDER – CN2	1.231.950,00	0,00	25.800,00	1.206.150,00
CLDS+	6.110,07	0,00	3.940,68	2.169,39
PRODER	5.765,62	0,00	5.765,62	0,00
Overbooking	41.940,00	0,00	6.220,44	35.719,56
SCML – Fundo	262.228,04	0,00	5.306,47	256.921,57
CMB	197.666,67	0,00	4.000,00	193.666,67
GIP	4.698,35	0,00	456,88	4.241,47
Doações	256.653,00	0,00	0,00	256.653,00
Total	5.378.748,02			5.694.346,70

14.5. DETALHE DE OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS EM 2017 E 2016

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos encontra-se dividida da seguinte forma:

	31.12.2017	31.12.2016
Outros Rendimentos e Ganhos		
Descontos de Pronto pagamento	-	35,31
Alienações	739,00	46.898,50
Outros		
Correções relativas a períodos ant.	7.506,63	8.603,09
Imputação de subsídios p/ invest.	51.748,24	44.889,39
Restituição de Imposto – IVA, IRS	15.552,47	66.072,91
Donativos	28.296,54	40.155,20
Outros – Fundos Compensação	-	31,18
Total	103.842,88	206.685,58

A rubrica "Imputação de Subsídios para Investimentos" diz respeito à contabilização anual dos proveitos relativos ao Subsídios: PARES - Residência Autónoma; PRODER – Boticas Solidário, FEDER (ON.2); FSE – Projeto CLDS; Câmara Municipal de Boticas; Fundo Rainha Dona Leonor e GIP.

14.6. DETALHE DE OUTROS GASTOS E PERDAS EM 2017 E 2016

A rubrica de Outros Gastos e Perdas encontra-se dividida da seguinte forma:

	31.12.2017	31.12.2016
Outros Gastos e Perdas		
Impostos	600,00	806,30
Dívidas Incobráveis	703,00	1.750,00
Outros		
Correções relativas a períodos ant.	20.279,39	56.184,79
Quotizações	2.960,00	2.960,00
Outros	20,93	1.137,34
Total	24.563,28	62.838,43

14.7. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

	31.12.2017	31.12.2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamento suportados - 2004	(1.648,32)	(2.632,72)
Juros de financiamento suportados - 2013	(24.774,05)	(28.821,37)
Outros juros	80,14	-
Total	(26.502,51)	(31.454,09)
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de depósitos obtidos	207,62	80,34
Total	207,62	80,34
Resultados Financeiros	(26.294,89)	(31.373,75)

A rubrica Juros de Financiamentos Obtidos referenciada no quadro acima é relativa aos dois empréstimos contraídos com a Caixa Geral de Depósitos, o primeiro contraído em 2004 e o segundo em 2013.

CC: 